

Os verdadeiros motivos de George W. Bush
uma análise da política externa dos EUA entre interesses e valores

Carolina Maria Barata Cordeiro*, *Abril de 2003*

* Licenciada em Relações Internacionais

Introdução	pág. 03
Capítulo I - Enquadramento teórico	pág. 05
Capítulo II - A ameaça iraquiana na segunda Guerra do Golfo	pág. 08
<i>Motivos assumidos</i>	
a) <i>motivos políticos/segurança/ geo-estratégicos – a legítima defesa e a guerra preventiva</i>	
b) <i>motivos humanos e democráticos</i>	
c) <i>motivos legais – violação das resoluções do Conselho de Segurança</i>	
<i>Motivos profundos</i>	
a) <i>motivos históricos</i>	
b) <i>motivos burocráticos</i>	
c) <i>motivos económicos</i>	
d) <i>motivos religiosos/filosóficos</i>	
Conclusão	pág. 21
Bibliografia	pág. 22

Introdução

A actual crise no Iraque teve o mérito de trazer novamente à agenda política internacional a questão dos critérios que regem o sistema internacional e a política externa dos Estados. As contradições aparentes entre motivos assumidos e verdadeiros interesses conducentes às escolhas e decisões cruciais em política externa forçaram-nos a rever o enquadramento teórico das relações internacionais, a rebuscar os fundamentos da acção dos Estados no contexto internacional.

Num mundo de limitados recursos e onde cada actor tem de lutar pela sua sobrevivência ou pela manutenção do seu estatuto, é natural que em cada acção se pugne pelos próprios interesses, pela defesa do seu bem estar individual. Ainda que defendendo valores universais e interesses comuns a todo o sistema, os Estados não deixam de o fazer porque tal acção lhes convém. Nunca, em toda a história das relações entre Estados, um Estado adoptou uma política contrária ao seu interesse nacional apenas para maximizar o bem estar dos seus parceiros no sistema internacional.

Ainda assim, na defesa do interesse nacional, os Estados podem adoptar políticas mais favoráveis aos valores universais, ou que pelo menos os respeitem, ou então adoptar uma política cruamente maquiavélica, que apenas procure fazer progredir os seus interesses independentemente dos valores prevaletentes no sistema internacional. E quanto ao modo de elaboração destas políticas, os teóricos dividem-se entre os que consideram que os Estados são actores puramente racionais e fazem análises frias e calculistas da maximização dos benefícios/minimização dos custos, e os que dão importância ao factor humano e burocrático na elaboração das políticas e tomada de decisões.

Neste trabalho, procurarei analisar quais os verdadeiros motivos que guiam actualmente a política externa americana, estudando o caso concreto do segundo conflito do Golfo. Irei primeiro estabelecer o enquadramento teórico desta abordagem, fazendo uma breve síntese das principais teorias das relações internacionais. Julgo ser necessária uma introdução deste tipo para se estabelecerem os possíveis quadros de análise conceptual da política externa norte americana, para compreender os seus fundamentos teóricos e pilares essenciais. Seguidamente, debruçar-me-ei sobre uma análise aprofundada dos motivos que conduziram à guerra, estabelecendo uma divisão entre os motivos assumidos pela Administração Bush e os motivos profundos implícitos nesta decisão. Em cada um deles procurarei evidenciar os seus pontos fortes e fracos, e destringer os valores ou interesses primordiais em que se baseiam tais argumentos. Feita tal análise, será possível estabelecer quais os motivos cruciais em que se baseou esta atitude dos EUA, definir se prevalece a lógica dos interesses ou a defesa de valores universais.

Será difícil conceber uma atitude totalmente livre de valores, ou o contrário; será provavelmente uma decisão onde interesses e valores se conjugam. Contudo, a sua importância relativa poderá conduzir-nos a enquadrar esta atitude numa óptica mais realista ou idealista de acção em política externa.

É meu principal objectivo com este estudo analisar as verdadeiras intenções da Administração Bush no desencadear desta guerra, estabelecer um balanço entre interesses e valores por detrás do conflito iraquiano. Ao procurar tal, naturalmente abordarei outras questões associadas, nomeadamente a importância da herança do

anterior Presidente Bush nesta política, ou a influência do aparelho burocrático no condicionamento das escolhas políticas do Presidente Bush. Contudo, todos estes pontos servirão apenas para ilustrar como interesses e valores se entrecruzam na política externa dos EUA, e estabelecer a primazia no actual momento.

Capítulo I – Enquadramento teórico

“Há uma antiga contenda entre a chamada escola “realista” e a escola “idealista” de relações exteriores. Simplificando, os realistas subestimam a importância dos valores e das estruturas internas dos Estados, enfatizando o equilíbrio de forças como a chave para a estabilidade e a paz. Os idealistas dão ênfase à primazia de valores como a liberdade, a democracia e os direitos humanos para assegurar uma ordem política justa. (...) Na vida real, o poder e os valores estão completamente unidos. O poder tem importância na condução dos assuntos mundiais. (...) E os valores das grandes potências também são importantes.”

(National Security Strategy: 2002, 7)

O estudo dos motivos que estão por detrás das acções em política externa tem já uma tradição científica. Desde o início do relacionamento entre Estados que muitos teóricos se preocupam em analisar as posições dos Estados e descobrir o que rege os seus movimentos. Os seus estudos dividiram-se em duas escolas principais que perduram até hoje como os dois principais paradigmas teóricos nas relações internacionais.

A escola mais antiga nas relações internacionais, e a que mais aderentes teve, é a **escola realista** e o seu desenvolvimento com o **neo-realismo**. O ponto de partida da análise realista é a de um sistema internacional de natureza anárquica. Esta anarquia resulta da inexistência no sistema internacional de Estados de uma autoridade superior aos seus componentes – os Estados, actores únicos no sistema caracterizados pela sua total soberania e autonomia na busca dos seus interesses. Os Estados, precisamente devido a esta ausência de autoridade superior que zele pelos seus interesses, devem procurar satisfazer os seus interesses e descobrir o modo de melhor os promover no contexto internacional, atendendo a um único constrangimento externo: a soberania e autonomia igualmente concedida aos restantes Estados no sistema.

Estes interesses dos vários Estados podem não ser compatíveis, de facto. O realismo não encara a possibilidade de existência de uma harmonia permanente e/ou natural de interesses entre os Estados. Num mundo de recursos limitados e onde cada Estado tem de zelar pela sua sobrevivência, estes irão definir a sua política internacional apenas de acordo com os seus interesses nacionais, procurando sempre impor a sua vontade no sistema e aumentar o seu estatuto relativo nesse mesmo sistema. O facto do sistema ser anárquico leva a que os Estados tenham de zelar pela promoção desses interesses somente baseando-se na sua própria força. O Estado tem de estar sempre preparado para usar essa força quando os seus interesses colidem com os dos restantes Estados, tem de ter o poder para os impor autonomamente.

Para os realistas, o elemento chave de compreensão do sistema internacional, o factor estratégico do sistema que determina a sua estrutura, é o conceito de poder, i.e. as capacidades dos Estados. Este poder é, necessariamente, relativo, existe apenas em comparação com as capacidades dos restantes

Estados do sistema. Trata-se também de um poder que é tanto um meio como um fim em si mesmo: é um meio para promover os interesses nacionais, e como tal é um

“o principal marco indicador que ajuda o realismo político a encarar o seu caminho no domínio da política internacional é o conceito de interesse nacional definido em termos de poder”
(Morgenthau, 1993)

interesse primordial dos Estados garantir o seu poder¹. O poder e a luta por este tornam-se em si mesmos um interesse nacional primário. O poder determina também a estrutura e configuração momentâneas do sistema internacional, hierarquizando o sistema e criando uma ordem relativa baseada na distribuição de poder entre os Estados. Qualquer análise da política externa de um Estado terá então de atentar ao modo como uma dada estratégia favorece a aquisição de poder autónomo ou condiciona o poder dos restantes Estados, e como a actual capacidade do Estado permite a sua imposição face a vontades semelhantes dos restantes Estados do sistema. Todo o interesse nacional se pode resumir à procura de poder, directa ou indirecta, pelo Estado; tudo se joga no campo dos interesses e na luta pela sobrevivência no mundo anárquico, onde os Estados têm a última palavra.

Podíamos argumentar que o direito internacional pode limitar esta anarquia; contudo, para os realistas, este direito internacional continua a não alterar os objectivos estratégicos dos Estados e a procura de poder e autonomia como interesses nacionais últimos. As limitações que pode impor são ainda mais reduzidas e insignificantes na medida em que estas próprias normas são feitas pelo Estado, pelo que logo na sua concepção se procurou defender a autonomia e a livre busca de poder pelos Estados.

Dada esta natureza anárquica do sistema e a preponderância do poder na sua configuração, é fácil compreender a preocupação constante dos Estados em garantir a sua segurança, quer aumentando o seu poder quer diminuindo o dos restantes Estados com os quais compete directamente. Por outro lado, compreende-se também que a guerra é inevitável num mundo realista onde a única forma real de relacionamento entre Estados é baseado na rivalidade e procura de segurança. A guerra faz parte da própria natureza do sistema, devido ao modo de actuação e objectivos dos seus elementos e à ausência de uma autoridade superior aos Estados soberanos.

O paradigma rival do realismo é o **idealismo ou liberalismo**. Esta teoria defende que os Estados não são os únicos actores no sistema internacional. Por outro lado, o sistema internacional já não é uma anarquia pura como os realistas defendem. A existência de diversos actores (nomeadamente as organizações internacionais) e a aceitação pelos Estados de certas normas de relacionamento (codificadas no Direito Internacional), bem como a crescente interdependência entre Estados fruto do seu contínuo relacionamento, criaram um sistema de interdependência e cooperação entre os Estados, regido por normas e valores universais, onde a força está, *a priori*, excluída. O idealismo ou liberalismo assentam, como ponto de partida para a sua teoria, na racionalidade humana, que consegue distinguir entre o bem e o mal. A razão humana leva os decisores políticos e a opinião pública (esclarecida) a optarem naturalmente pela busca do bem, que se traduz necessariamente na procura da paz e da promoção de interesses mútuos e cooperação entre os Estados. À questão sobre o que rege a política externa dos Estados, esta teoria defende que são os valores e princípios universais², os ditames da razão humana, e não a busca de interesses egoístas e a luta de poder. Podemos afirmar que a teoria idealista é claramente optimista sobre a natureza humana, enquanto o realismo acredita num egoísmo natural do Homem e do Estado (no primeiro caso, este egoísmo é controlado pelo direito e pelo governo, instituições que não existem no segundo caso).

¹ Para uma análise aprofundada da noção de poder realista, ver a obra de Hans Morgenthau "*Politics among nations: the struggle for power*".

² Uma análise desta teoria e das suas diferenças face ao realismo está presente em Kegley, C. (ed) "*Controversies in International Relations: Realism and the Neoliberal Challenge*".

Por fim, nos finais do século XX, foram desenvolvidas diversas **outras abordagens**, que analisam as decisões em política internacional segundo a influência do aparelho burocrático e de personagens importantes nos corpos executivos e política externa – a teoria da bureaucratic politics de Allison (1971) ; ou a teoria dos sistemas mundiais de Wallerstein (1974-1989) que analisam os relacionamentos internacionais e os posicionamentos dos Estados segundo as dinâmicas do capitalismo e das relações assimétricas entre os Estados do centro, semi-periferia e periferia do sistema capitalista mundial.

Estas teorias dificilmente explicam *per si* todos os motivos de uma determinada acção em política externa. Na realidade, os motivos para tomar uma decisão podem incluir tanto elementos de interesse como de valores; a análise pode ser feita apenas pesando a maior ou menor prevalência destes interesses, numa análise racional, ou privilegiar o factor interno e humano do Estado e as suas tendências “boas”. Se é certo que nenhuma destas teorias nos pode fornecer o total enquadramento do actual conflito contra o Iraque, a verdade é que uma análise dos motivos para esta guerra pode indicar-nos que a teoria que prevalece na Administração Bush, como melhor é qualificada a sua política e lógica internas.

Capítulo II – A ameaça iraquiana na segunda Guerra do Golfo

A actual guerra no Iraque não é um acontecimento invulgar e inesperado no contexto da história do relacionamento entre os EUA e o Iraque. Este relacionamento tem sido marcado por profundos antagonismos desde inícios da década de 90, quando estalou a primeira Guerra do Golfo (curiosamente desencadeada pelo pai do actual Presidente Bush, também ele chamado Bush). No entanto, nem sempre EUA e Iraque se comportaram como inimigos.

Na década de 70 e 80, o Iraque desempenhou na região do Médio Oriente o papel de aliado estratégico dos EUA. O principal rival do poder americano nessa região era então o Irão, o regime do Ayatollah, envolvido numa guerra com o Iraque em inícios dos anos 80 e que proporcionou a crise dos reféns na Embaixada americana em Teerão. Nesse contexto, os EUA auxiliaram o regime iraquiano de Saddam Hussein, através de concessões e vendas de armamento, apoios científicos e económicos, entre outros. O objectivo principal era manter um equilíbrio de forças na região que evitasse o domínio dessa zona, e dos seus vastos e valiosos recursos, por um poder hostil aos EUA, numa estratégia clássica de “split to rule”.

A inversão deste relacionamento surge em finais da década de 80 / inícios da década de 90, quando as ambições expansionistas de Saddam Hussein começaram a por em causa esse mesmo equilíbrio de forças e a ameaçar os interesses americanos na região. Os EUA decidem então adoptar uma nova estratégia de contenção do perigo iraquiano, forçando-o a retirar-se do Kuwait, que tinha invadido em inícios de 1990, e impondo-lhe de seguida duras condições de cessar-fogo, entre as quais o desarmamento quase total e posteriormente um regime de severas sanções económicas, controlado pelas Nações Unidas. Contudo, não podemos deixar de considerar que é em parte responsabilidade dos próprios EUA e de alguns outros países ocidentais a ameaça que hoje representa o Iraque. *“If Saddam Hussein is a monster, (...) the United States is in many respects his Dr. Frankenstein. (...) For years, U.S. and other Western companies knowingly sold Iraq the components that enabled Hussein’s scientists to pursue development of chemical, biological and nuclear weapons.”* (Kirshner, J., Strauss, B., et al. (2003)).

O regime iraquiano nunca aceitou estas condições de paz e sempre desafiou sucessivas resoluções do Conselho de Segurança da ONU, colocando-se deliberadamente à margem e em desafio ao direito internacional. Esta situação parece prestes a modificar-se hoje, com uma segunda invasão do Iraque pelos EUA, desta vez tendo como objectivo, último e único, derrubar o regime de Saddam e instaurar uma democracia no Iraque, um governo certamente mais pró-americano que o de Saddam.

Os moldes desta intervenção militar sem o aval do Conselho de Segurança, a sua premeditação e até mesmo uma relativa intempestividade na agenda internacional, levam-nos a indagar sobre os reais motivos por detrás do ataque ao Iraque. Estes podem resumir-se aos anunciados pela Casa Branca e seus aliados, mas podem também esconder ou legitimar outros interesses não assumidos publicamente, que interessa analisar.

Motivos assumidos

No seu discurso oficial, a Administração Bush apresentou este ataque como resultante de três motivos principais: 1) a posse pelo regime iraquiano de Armas de Destruição Maciça, em violação de sucessivas resoluções do Conselho de Segurança e ameaçando directamente a paz e segurança internacional e americana; 2) as ligações entre o regime de Saddam e as redes terroristas internacionais, entre as quais a rede Al-Qaeda liderada por Oussama bin Laden, o responsável pelos atentados de 11 de Setembro; 3) a defesa dos direitos humanos e promoção da democracia no Iraque.

“The threat comes from Iraq. (...) It possesses and produces chemical and biological weapons. It is seeking nuclear weapons. It has given shelter and support to terrorism, and practices terror against its own people. The entire world as witnessed Iraq’s eleven-year story of defiance, deception and bad faith.”

(Bush: 2002, Cincinnati Museum Centre)

Estes argumentos remetem-nos para três ordens de motivos distintos, embora correlacionados, que supostamente legitimam a intervenção militar conduzida pelos EUA.

A primeira ordem de motivos deriva dos **problemas geo-estratégicos, políticos e de segurança**. A Administração Bush tenta construir a legitimação desta intervenção em torno do conceito de legítima defesa e segurança nacional. A posse pelo Iraque de armas de destruição maciça é vista como um elemento desestabilizador e uma ameaça, não só em termos regionais mas sobretudo para a segurança nacional americana e de todo o mundo ocidental. A ameaça regional deriva da possibilidade de um ataque directo aos países vizinhos, tal como o Iraque já fez ao longo da sua história recente. A ameaça mundial e nacional é compreensível se tivermos em conta, por um lado, o antagonismo declarado entre o Iraque e os EUA, e por outro lado, as potenciais ligações entre o regime iraquiano e diversas redes terroristas islâmicas que proliferam no mundo árabe. Estas redes terroristas, que lutam pelo retorno a um islamismo puro³, ameaçavam antes directamente os governos desvirtuados do mundo árabe, nomeadamente os governos aliados dos EUA (como a Arábia Saudita ou o Egipto). Contudo, actualmente prosseguem uma estratégia diferente – a de atacar directamente a causa profunda, i.e., o imperialismo ocidental e em particular os EUA. Se tivermos em consideração a possibilidade do Iraque vender as suas armas de destruição maciça a estes grupos terroristas, então a ameaça de proliferação nuclear e de ataques maciços a alvos ocidentais torna-se uma ameaça real.

Esta ameaça é tida muito seriamente em Washington. No documento fulcral da política externa americana, o *National Security Strategy* de Setembro de 2002, o problema é abordado por várias vezes. Desde logo, no capítulo destinado à luta contra o terrorismo, é afirmado que *“We will disrupt and destroy terrorist organizations by direct and continuous actions (...) our immediate focus will be those terrorist*

³ Uma das explicações, na minha opinião mais plausíveis, para esta luta encontra-se na decepção generalizada dos muçulmanos face às dificuldades económicas e sociais que grassam nesta região do globo. A comparação entre o passado glorioso e o terrível presente leva os muçulmanos a concluir que caíram neste actual estado fruto do abandono da verdadeira religião, causado em particular pelo crescimento civilizacional, económico e político do Ocidente, e pela subserviência dos seus actuais governantes aos desejos ocidentais. Assim, os governos locais tornam-se o “inimigo próximo” a derrotar, e o Ocidente o “inimigo longínquo”. Para um maior desenvolvimento desta tese ver, em particular, o artigo de Doran, M.S. (2003).

organizations of global reach and any terrorist or state sponsor of terrorism which attempts to gain or use weapons of mass destruction or their precursors” (NSS: 2002, 6), para depois prosseguir com uma das primeiras afirmações da intenção de atacar preventivamente o Iraque: “At the time of the Gulf War, we acquired irrefutable proof that Iraq’s designs were not limited to the chemical weapons it had used against Iran and its own people, but also extended to the acquisition of nuclear weapons and biological agents. (...) We must be prepared to stop rogue states and their terrorists clients before they are able to threaten or use weapons of mass destruction against the United States and our allies and friends.” (NSS: 2002, 14).

A percepção desta ameaça e a reconhecida fragilidade do poderio americano face a estas novas formas de ataque não convencional conduziu, de facto, à elaboração da *doutrina da guerra preventiva*, que sustenta que os EUA têm legitimidade para atacar um Estado como forma de mitigar ou prevenir um presumido ataque militar ou uso da força por esse Estado contra os EUA. Esta doutrina da guerra preventiva não deve ser confundida com o “preemptive attack”, que defende o ataque a um adversário que está prestes a atacar, ou o primeiro ataque, pois a guerra preventiva vai mais longe ao afirmar a legitimidade de um ataque antes que o inimigo esteja preparado para lançar um ataque, quando tudo se baseia numa especulação para o futuro, numa análise – necessariamente subjectiva- acerca da realidade de uma ameaça.

“For centuries, international law recognized that nations need not suffer an attack before they can lawfully take action to defend themselves against forces that present an imminent danger of attack. (...) The United States has long maintained the option of preemptive actions to counter a sufficient threat to our national security.

(Now) America will act against such emerging threats before they are fully formed”. (National Security Strategy: 2002)

Esta doutrina, apesar de nunca ter sido utilizada como fundamento para uma acção militar⁴, serviu o objectivo de manter a capacidade militar e a força dissuasiva dos EUA após a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria. Na verdade, terá sido talvez a percepção de novas ameaças e a necessidade de lhes responder que conduziu os seus ideólogos americanos a considerar tal ataque como legítimo. No entanto, podemos afirmar que se trata de uma ideia muito querida pelos conservadores americanos, e olhada com distância pelos democratas, que preferem claramente uma via pacífica e multilateral de condução de política externa. A doutrina da guerra preventiva foi desenvolvida pelo núcleo conservador que rodeava o ex-Presidente Bush e que agora rodeia o actual Presidente Bush.

Esta doutrina da guerra preventiva não tem, porém, qualquer fundamento em direito internacional, nem é passível de ser deduzida por uma interpretação extremamente alargada dos princípios do direito internacional. “*A doutrina da guerra preventiva,*” nas palavras de Maia Costa (Público, 15 Março 2003), “*invocada como fundamento para a guerra contra o Iraque, não tem o beneplácito da Carta das Nações Unidas; antes é por ela excluída expressamente no art. 51, que admite a legítima defesa por parte de um Estado apenas em caso de agressão armada (em execução ou iminente) por parte de outro Estado, e até o Conselho de Segurança tomar as medidas*

⁴ Para um desenvolvimento desta doutrina e da sua utilização histórica, vide relatórios da Congressional Research Service . “U.S. Use of Preemptive Military Force” e “International Law and the Preemptive Use of Force Against Iraq”.

necessárias para manter a paz e segurança internacionais. A doutrina da guerra preventiva constitui uma antecipação insustentável da legítima defesa (...)”.

Os perigos da invocação desta doutrina pelos EUA são grandes, e podem até contrariar o objectivo com que os EUA a empregam. Caso ela seja aceite e utilizada pela potência liderante do sistema internacional, sem o aval dos organismos multilaterais encarregues da interpretação do direito e manutenção da ordem internacional, outros Estados ou grupos podem utilizar esta primeira aplicação da doutrina como precedente e invocá-la também para as suas guerras menores mas ainda assim ameaçadoras da paz internacional. Não é de todo descabida de razão a hipótese da Coreia do Norte invocar esta doutrina para atacar a Coreia do Sul, sob o pretexto da ligação deste país aos EUA e a presença inclusivé de tropas americanas no seu solo ser uma ameaça à segurança do regime norte-coreano!

Um outro facto complica a invocação desta doutrina pelos EUA, e este resulta de não estar ainda provada a ameaça que o regime de Saddam constitui actualmente. Pelo contrário, existem análises credíveis da CIA que indicam que o regime iraquiano é uma ameaça apenas se for atacado. Nas palavras de George Tenet, director do CIA, *“Should Saddam conclude that a US led attack could no longer be deterred, e probably would have become much less constrained in adopting terrorist actions. Such terrorism might involve conventional means (...) or C.B.W. (chemical and biological weapons)”* (CIA: 2002). Esta afirmação é conclusiva: a ameaça de ataque por parte do regime de Saddam só é iminente fruto da pressão e ameaça directa de ataque por parte dos EUA. A invocação da doutrina da guerra preventiva cria assim um cenário de legítima defesa provocada.

Para combater esta conclusão, a Administração Bush escudou-se no argumento de que é preferível atacar agora, quando o país ainda é uma ameaça futura, do que esperar que este se torne uma ameaça directa. Mas neste caso, a solução do ataque teria de passar, segundo o direito internacional, necessariamente pela via institucional multilateral, por no momento actual não se tratar ainda de um caso de legítima defesa.

Numa outra perspectiva, esta defesa contra a proliferação do armamento nuclear e de luta contra Estados que o possuem e estão em violação do direito internacional não parece ser coerente com as leis de dissuasão nem com a política externa americana no seu global. De facto, a mera posse de armas de destruição maciça deveria levar os EUA a não optar pelo confronto militar, pelo risco de escalada e guerra total que tal confronto acarretaria. Um exemplo claro da força desta dissuasão reside no exemplo da Coreia do Norte. Por outro lado, os EUA têm dado o seu apoio, explícito ou tácito, a outros países no desenvolvimento do seu arsenal de armamento, nomeadamente no caso do Estado de Israel.

O argumento da ameaça directa representada pelo Iraque e da legítima defesa não tem portanto um fundamento legal. Ele pode resultar de uma sentimento americano de insegurança que procura e necessita de um objecto para a sua política de segurança. Contudo, estes medos não têm legitimidade para justificar uma guerra internacional. São legítimos para fundamentar uma acção no seio das organizações multilaterais ou o recurso a um meio diplomático convencional e não bélico, mas não para servir de *casus belli*.

O problema principal parece assim ser a ligação do regime iraquiano a redes terroristas que ameaçam directamente a segurança nacional americana, de uma forma imprevisível e difícil de combater com o recurso aos mecanismos convencionais diplomáticos e militares, feitos para terem sucesso num sistema interestadual puro. As

ligações entre Saddam Hussein e a rede Al-Qaeda parecem ser contudo mais superficiais do que seria de esperar.

A Administração Bush teve dificuldade em estabelecer esta ligação, tendo no imediato pós 11 de Setembro tal hipótese sido rejeitada pela CIA. Na verdade, os Estados islâmicos com maior ligações a esta rede eram, surpreendentemente, Estados aliados dos EUA, nomeadamente a Arábia Saudita. Existirá até um certo antagonismo entre o regime iraquiano e dos ideias dos movimentos terroristas, na medida em que o regime do ditador se baseia no apoio e na promoção de um grupo islâmico minoritário, os sunitas, optando pela discriminação da maioria xiita, facto que bin Laden não considera ser virtuoso ou legítimo. No entanto, existem pontos convergentes entre ambos os actores, pois ambos lutam pelo mesmo objectivo e manifestam a mesma oposição ao império ocidental.

Em Outubro de 2002, o director da CIA acabou por admitir a existência de contactos de alto nível entre o grupo terrorista e certos oficiais iraquianos, bem como possíveis acordos de não agressão recíproca e presença de membros da Al-Qaeda no Iraque, acabando por concluir que *“Iraq’s increasing support to extremist Palestinians coupled with growing indications of a relationship with Al-Qaeda, suggest that Baghdad’s links to terrorists will increase, even absent US military action”* (Tenet: 2002). Esta afirmação é, no entanto, ténue e baseada em poucas provas. O apoio iraquiano ao terrorismo é generalizado e inclui sobretudo outros grupos radicais, como os grupos terroristas em nome da causa palestina.

Apesar das dificuldades de relacionar directamente o regime iraquiano com a rede Al-Qaeda, é impossível negar ligações mais alargadas entre o Iraque e grupos terroristas de diversas ordens. Neste sentido, os EUA poderão ter um certo grau de legitimidade para atacar o Iraque, caso a comunidade internacional conceba este ataque como uma continuação da legítima defesa invocada para atacar o Afeganistão. Porém, sem dúvida que neste caso as ténues provas de ligações entre o regime e o terrorismo militante contra os EUA, bem como a ausência no terreno de membros da rede Al-Qaeda (motivo que justificou o ataque ao Afeganistão), tornam essa legitimidade muito mais frágil. Novamente, uma acção militar neste campo, para ser legítima, deveria ser feita no enquadramento das Nações Unidas, e não de forma unilateral.

Por outro lado, este argumento merece novamente um reparo, devido às contradições no seio da política externa americana. De facto, os principais elementos do grupo Al-Qaeda eram de nacionalidade saudita e egípcia, os dois principais aliados dos EUA na região. E a rede Al-Qaeda conseguiu muito do seu apoio através de fundos e apoios sauditas, o que terá provocado um arrefecimento das relações entre os EUA e a Arábia Saudita. Além do mais, aceitando como causas profundas do terrorismo a instabilidade socio-ecómica desta região do Médio Oriente, parece difícil aceitar que uma intervenção militar contra a vontade da comunidade internacional possa servir para apaziguar os espíritos na região e trazer algum benefício no longo prazo.

É preciso analisar as bases e causas do movimento terrorista para decifrar sobre a apropriação deste ataque militar americano como confronto legítimo ao terrorismo. Este é um resultado do profundo mal estar social e político da região, e de um natural desejo de melhoria das condições de vida; contudo, a errada associação desse desaire económico-social à ascensão ocidental cria movimentos de rejeição do símbolo deste Ocidente – os EUA. Assim, a causa profunda destes movimentos radicais reside na própria sociedade islâmica e nos regimes que a governam, ditatoriais e poucos preocupados com o destino do seu povo e as suas liberdades. Uma acção internacional

que vise libertar este povo da opressão parece um meio acertado para aniquilar estes movimentos. Contudo, uma acção militar conduzida de modo unilateral pelos EUA pode apenas servir para aumentar a contestação no seio dos Estados da região, que para controlar o seu povo irão recorrer a meios repressivos e mitigar ainda mais as liberdades e prosperidade da região. O impacto estrutural desta acção levanta muitas dúvidas quanto à sua capacidade de servir como bálsamo para o terrorismo.

Em resumo, os EUA legitimam este ataque com base na ameaça representada pelo Iraque e pelas ligações aos grupos terroristas. Ambos os argumentos carecem de provas; e ainda que estas existissem, ainda assim restam dúvidas quanto à apropriação do meio para atingir o fim pretendido por tal acção. Esta ordem de argumentos fica claramente aquém da esperada legitimidade que deveria invocar.

A segunda ordem de motivos prende-se com a necessidade dos EUA de **promover a democracia e o respeito pelos direitos e dignidade humanas, estabelecendo** a paz em todos os cenários do mundo, uma paz que equivale a uma garantia de ordem no sistema que lideram. Para os norte-americanos, só os regimes democratas (e naturalmente pró-americanos) permitem assegurar a manutenção da primazia americana no sistema internacional, num regime de “pax americana”. Sendo assim, é forçoso depor regimes hostis e ditatoriais, em especial aqueles que declaradamente afrontam os interesses e a segurança americana, como é o caso do Iraque.

"...buscamos criar um equilíbrio de poder que favoreça a liberdade humana: condições em que todos os países e sociedades podem optar pela (...) liberdade política e económica. (...) Defenderemos a paz, combatendo terroristas e tiranos. (...) Propagaremos a paz, estimulando sociedades livres e abertas em todos os continentes."
(G. W. Bush, 20 Setembro 2002)

No fundo, esta segunda ordem de motivos é também ela uma versão da legítima defesa preventiva, uma medida de combate ao terrorismo, que procura aniquilar as suas causas profundas, culturais, sociais e económicas. É também, conseqüentemente, uma intervenção de promoção forçada do respeito pelos direitos humanos em tempo de paz, que o direito internacional não contempla mas que reúne normalmente o apoio da opinião pública. Ninguém tem

dúvidas quanto à crueldade do regime iraquiano, das atrocidades que o seu ditador já cometeu, das sucessivas violações de direitos humanos que ocorrem naquele território. Os cidadãos iraquianos vivem numa terrível repressão, temendo demonstrar qualquer desacordo em relação ao regime e por isso não conseguem criar um movimento interno de oposição ao regime. Este desejo americano de libertação do Iraque é de louvar, se realmente for a verdadeira intenção para intervir.

Contudo, convém neste cenário dar ouvido às críticas que consideram que um ataque militar dificilmente poderá predispor o povo iraquiano a aceitar as visões americanas, e poderá exacerbar o fundamentalismo na restante região do Golfo Pérsico. Pelas razões acima descritas, este tipo de acção bélica apenas deverá ser o último recurso em nome deste motivo, e sempre num contexto multilateral, razão pela qual este talvez seja um argumento louvável, mas fraco, para servir de justificação a este conflito. Por outro lado, os EUA continuam a dar o seu apoio a regimes opressores, como o caso da Arábia Saudita, em troca de benefícios económicos e políticos⁵. Esta dupla atitude só

⁵ Para um desenvolvimento sumário das contradições da política dos EUA em relação ao mundo islâmico, ver por exemplo Zunes (2001).

consegue deslegitimar qualquer intervenção baseada no argumento da promoção da democracia, por mais válido e razoável que tal argumento seja.

Por fim, a este argumento terá de ser aliado necessariamente a uma terceira ordem de motivos, relacionada com a necessidade de *fazer valer o direito internacional e as resoluções do Conselho de Segurança*. O regime iraquiano encontra-se em violação das resoluções do Conselho de Segurança há cerca de 13 anos. Esta violação foi reconhecida unanimemente no Conselho de Segurança, provando que nenhum dos países aí reunidos tinha dúvidas quanto ao desrespeito do Iraque pela obrigação de desarmamento e por violações dos direitos humanos perante os seus cidadãos. Os diferendos no seio do Conselho de Segurança só surgiram posteriormente, quando se discutiu a necessidade de tomar medidas mais sérias face ao não desarmamento iraquiano, sobretudo após desacordos quanto ao resultado da nova missão de inspectores enviados para o terreno. Os EUA e a Grã-Bretanha, apoiados por alguns países, concluíram que era necessário impor as decisões do Conselho de Segurança pela força, enquanto os restantes membros do Conselho de Segurança preferiram continuar a tentar a sua implementação pela via pacífica. Trata-se assim também de um conflito em defesa da primazia do direito internacional e do valor da ONU, se bem que curiosamente ao arpejo de ambos.

Porém, encontramos aqui mais uma vez uma contradição na política externa americana, uma vez que o desrespeito pelas resoluções do Conselho de Segurança e a ameaça aos direitos de certas populações ocorrem em determinados casos contra os quais os EUA permanecem silenciosos, como é o caso flagrante de Israel.

Em resumo, estas três ordens de motivos – geo-estratégicos, democráticos e legais – são válidas e legítimas em teoria, contudo, no caso actual, apresentam contradições internas graves e estão desenquadradas do seu espírito. A sua invocação ou exige uma interpretação extremamente alargada, talvez abusiva, do direito internacional, ou são mais adequadas a uma intervenção multilateral que unilateral.

Convém, contudo, neste ponto compreender que esta intervenção apenas não teve um cunho multilateral apenas devido a problemas já comuns do Conselho de Segurança, relacionados com o facto da posição dos restantes Estados aí presentes, e com direito de veto, ser resultante também ele da defesa de interesses vitais na zona. De facto, Rússia, França e China sairão prejudicadas da intervenção americana no Iraque, por elas próprias terem feito já acordos de exploração petrolífera com o regime de Bagdade para um futuro pós sanções. Daí que se tenha necessariamente de compreender este conflito – tal como quase todas as situações em política internacional - numa lógica de interesses, complementados por um manto legitimador de valores. Analisemos então os motivos profundos deste conflito, onde se revelarão os interesses por detrás desta agenda militar americana.

Motivos profundos

A relativa falta de consistência dos motivos assumidos pela Administração Bush, paralelamente à premeditação e planeamento antecipado do conflito⁶, levam-nos a acreditar na existência de outros motivos não assumidos pela Administração Bush, certos interesses que vêm complementar os valores legitimadores do poder e que tornam a guerra um acontecimento importante e benéfico em termos económicos e políticos.

Optei por dividir estes motivos profundos em quatro ordens: os motivos históricos, relacionados de perto com os motivos burocráticos, os motivos económicos, onde se conjugam dois importantes lobbies, e por fim os motivos religiosos / filosóficos, que focam a luta do bem contra o mal.

Os *motivos históricos* são talvez os mais facilmente deduzidos pelo observador internacional comum, apesar do seu peso na decisão do ataque ser, na minha opinião, extremamente reduzido. Esta interpretação resulta da análise da política do actual Presidente Bush enquanto continuação da política seguida por seu pai, o ex-presidente Bush. Muitos analistas consideram que a actual guerra contra o Iraque resulta da influência, no espírito do actual presidente dos EUA, das memórias e pensamentos do seu pai. Consideram que as acções e posições assumidas pela actual Administração Bush correspondem a um desejo de finalizar uma “obra” ou vontade deixada incompleta pelo ex-Presidente Bush, em particular o derrube do regime de Saddam Hussein. Trata-se de uma visão extremamente personalista da política internacional, tão perigosa e superficial como a análise da guerra contra o Iraque em termos de luta do bem contra o mal.

Esta aparente imposição de uma herança é a consequência, na minha opinião, do peso do aparelho burocrático que actualmente rodeia o Presidente dos EUA, executivos na sua maioria já antes presentes na Administração de Bush pai. Entramos na ordem dos *motivos burocráticos*.

Num regime democrático e pluralista como o americano, o peso do aparelho burocrático na formulação da política externa tende a ser significativo. A análise segundo os motivos burocráticos que baseiam esta acção adopta, portanto, uma visão da actividade política baseada na influência dos vários elementos presentes no aparelho burocrático na escolha e definição de uma determinada política. Nesta óptica, interpreta uma certa decisão ou política como o resultado das várias pressões e jogos de poder exercidos dentro do aparelho burocrático responsável pela formulação de tal política. Trata-se de uma análise segundo o modelo definido na teoria de “*bureaucratic politics*”.

Efectivamente, estão presentes na actual Administração, e em cargos de alto nível, muitos dos executivos presentes na anterior Administração Bush, e que desde

⁶ O planeamento antecipado do conflito contra o Iraque é hoje um dado indiscutível. Desde logo, se esta guerra não tivesse sido planeada com antecedência, demoraria muito mais tempo a desencadear o ataque, devido a todos os preparativos estratégicos, logísticos e negociais que necessariamente antecedem um conflito. Por outro lado, as referências a um ataque ao Iraque aparecem logo nos primeiros documentos oficiais de estratégia da Administração Bush, ainda antes do 11 de Setembro. A estratégia do ataque foi planeada durante algum tempo pelo General Tommy Franks, tendo este inclusive redesenhado a estratégia por várias vezes fruto de divergências no seio da própria administração Bush sobre a melhor forma de conduzir o ataque (Vide Klare, M. “Pentagon planning, not diplomacy, sets US agenda on Iraq”).

então têm vindo a elaborar a doutrina da “guerra preventiva” , formulando nas suas opiniões a visão do Iraque como um inimigo feroz e ameaçador dos EUA. Trata-se de uma administração maioritariamente neoconservadora, que “*defende por princípio a guerra preventiva contra todos os Estados que representem uma ameaça contra Washington*”, como refere o Diário de Notícias de 20 de Março. Nesta Administração, as figuras mais importantes na defesa desta guerra contra o Iraque são: Paul Wolfowitz, Secretário adjunto da Defesa; Dick Cheney, vice-presidente; Richard Perle, Presidente do Defense Policy Board e verdadeiro ideólogo da doutrina da guerra preventiva; e James Woolsey, seu assistente. Estes são os líderes de um poderoso grupo belicista na Administração Bush, apelidado de “Falcões”, formado desde 1990 e que ambiciona destonar Saddam Hussein, por diversos motivos. A este grupo opõem-se as “Galinhas”, que preferem uma condução multilateral e diplomática da política externa, ao qual pertence Colin Powell, em clara minoria nesta Administração (para uma identificação das principais figuras da Administração Bush e sua breve descrição, vide Anexo I).

A influência do aparelho burocrático na definição da política externa americana opera não apenas pela importância da opinião de certas figuras junto do Presidente Bush, a quem compete a definição desta política e sua operacionalização, mas também por jogos de poder entre as próprias instituições que compõem a Administração. Este jogo é notório, por exemplo, no campo dos serviços de informação. “*A desconfiança entre os vários departamentos da Administração e entre estes e os homens da Casa Branca faz com que a recolha de informação sobre assuntos importantes se multiplique*”, como explica o DN de 20 Março, fazendo com que “*A Bush chegam sempre posições contraditórias, assentes em informações que os vários departamentos consideram sólidas...*” . De facto, existem actualmente três serviços de recolha e análise de informação dentro da Administração americana, controlados por diferentes pessoas e sujeitos a diferentes pressões e interesses. O National Security Council, sob directa responsabilidade do Presidente, serviria de elemento centralizador e imparcial para a recolha de informações. Paralelamente, existe uma Unidade especial no Pentágono, ou seja, sob a direcção do Departamento da Defesa, que fornece as informações ao Vice-Presidente Dick Cheney e ao Secretário da Defesa, Donald Rumsfeld. Existe também a CIA, da responsabilidade do Departamento de Estado, que fornece as informações a Colin Powell, mas que tem sido objecto de várias críticas e pressões para “mostrar trabalho”, sobretudo após o 11 de Setembro. Esta proliferação de serviços serve apenas para criar um clima de hostilidade e desconfiança, à medida em que estas instituições lutam pela confiança e predominância no sistema.

Analisemos agora a terceira ordem de motivos não assumidos pela Administração Bush, os **motivos económicos**. Segundo uma lógica racional, dificilmente os EUA iriam iniciar um conflito, arriscar a vida dos seus homens e criar um diferendo internacional, sem que esperassem receber suficientes benefícios para compensar os gastos nesse conflito. Esses benefícios podem ser políticos, sociais, militares, mas na sua maioria são económicos. Trata-se de uma verdade indiscutível, de algo lógico e racional para um Estado que tem de procurar antes de mais a sua sobrevivência e manutenção no sistema internacional. Os Estados empregam na formulação das suas políticas externas uma análise realista de maximização dos benefícios/minimização dos custos, pois só tal análise lhes permite manter o seu estatuto e segurança internacionais.

Os EUA, apesar de não assumirem que este é um motivo para irem para a guerra, começaram já a fazer os planos dos benefícios económicos que poderão retirar deste conflito. Em resposta à questão de como iria ser paga a reconstrução do Iraque, os

EUA apontaram claramente para uma enorme fonte de rendimento do Estado iraquiano – a exploração petrolífera.

O Iraque é, actualmente, o país com as segundas maiores reservas de petróleo do mundo, atrás da Arábia Saudita. O seu potencial como produtor de petróleo é enorme, dado que, fruto das sanções impostas desde inícios das décadas de 90, grande parte das suas reservas estão ainda por explorar e as actualmente em exploração estão a necessitar modernização. Assim sendo, um regime favorável no Iraque serve sem dúvida os interesses económicos de Washington, que assim poderiam ter um domínio indirecto desta exploração, e beneficiar também na sua economia interna dos lucros das actividades das suas indústrias petrolíferas.

O controlo do acesso aos recursos petrolíferos é um pilar essencial da política externa americana, em especial no que respeita ao Médio Oriente. Já nos anos 80 o Presidente Carter estabelecia a doutrina segundo a qual os EUA não permitiriam que um Estado hostil tenha uma posição que possa ameaçar o acesso americano ao Golfo Pérsico. *“Toda e qualquer tentativa, por parte de qualquer potência estrangeira, no sentido de controlar a região do Golfo Pérsico, será considerada um ataque contra os interesses vitais dos Estados Unidos da América. Um tal ataque será repellido por todos os meios necessários, incluindo a força militar.”*⁷ Esta doutrina Carter é uma função das exigências de segurança económica e política dos EUA. Os EUA são totalmente dependentes da importação do petróleo para a manutenção da sua estabilidade e crescimento económicos, ainda que actualmente apenas 50% das suas necessidades energéticas sejam satisfeitas com recurso às importações.

Desde os choques petrolíferos da década de 70 que os EUA estão conscientes da necessidade de assegurar o fornecimento regular e a preços razoáveis de petróleo ao mercado internacional, e de controlar politicamente o mercado energético. Tal necessidade resulta de duas fontes. Por um lado, da necessidade de abastecer o mercado

“Precisamos de assegurar fornecimentos confiáveis de energia a preços razoáveis para fomentar a prosperidade e o crescimento económicos e garantir que o petróleo não seja usado como uma arma. (...) Dois terços das reservas de petróleo conhecidas do mundo estão concentradas no Médio Oriente. A Europa e o Japão, como os EUA, dependem das importações para atender as necessidades crescentes de petróleo. As reacções provenientes de interrupções no abastecimento global de petróleo abalarão a economia global. Por fim, Estados problemáticos controlam quantidades significativas de petróleo.”
(A. Larson, in *Agenda da Política Externa dos EUA*)

americano e servir de base ao crescimento económico nacional. Esta exigência torna-se cada vez mais preocupante: em Maio de 2001, o National Energy Policy Development Group, liderado pelo Vice-presidente Dick Cheney, publicou um relatório em que admitia que a produção americana de petróleo iria diminuir 12 % nos próximos 20 anos, pelo que a dependência americana do petróleo importado, que já aumentou 1/3 desde 1985,

iria aumentar 2/3 até 2020. Por outro lado, da necessidade de manter a supremacia económica americana no mundo, dado que os principais competidores dos EUA – a Europa e o Japão – são também dependentes deste recurso energético, pelo que enquanto os EUA tiverem o controlo deste mercado têm o controlo da economia mundial. Além do mais, os países produtores de petróleo têm investido os lucros da

⁷ Citado por Ignacio Ramonet, em “A era da guerra perpétua”, *Le monde diplomatique*, nº 48, ano 4, Março 2003.

exploração nas economias ocidentais, levando a uma interdependência desastrosa em caso de um abalo forte neste mercado, sejam quais forem as razões.

Esta busca de supremacia foi até hoje conseguida com recurso à aliada Arábia Saudita, maior produtora mundial de petróleo, líder da OPEP e também receptora de largas somas de ajuda externa americana. Contudo, desde o 11 de Setembro que as relações entre estes dois aliados esfriaram, por motivos acima indicados. Assim, os EUA sentem a necessidade de reformular a sua política no cenário do Médio Oriente. O regime de sanções ao Iraque não pode mais servir o interesse dos EUA, que agora sentem a necessidade de reforçar o controlo sobre este recurso energético, quer pelo reforço das actuais explorações e controlo dos fornecedores do mercado, quer pelo acesso a fornecedores relativamente novos (como os novos países independentes da Ásia Central). É no contexto desta estratégia que se impõe o acesso aos poços iraquianos, que conferem aos EUA uma vantagem crucial e uma segurança no abastecimento energético inigualável, permitindo ainda colher vantagens políticas pela diminuição do compromisso perante o regime saudita.

Por outro lado, a urgência deste ataque impõe-se dadas as ambições de alguns competidores americanos, entre os quais se encontram as grandes potências com assento no Conselho de Segurança da ONU. Desde o fim da primeira Guerra do Golfo, certas empresas petrolíferas tentaram aproveitar a oportunidade deixada pelos americanos e assegurar a cedência de exploração das reservas petrolíferas após o fim das sanções da ONU, nomeadamente a companhia francesa TotalFinaElf, a italiana ENI, a russa OAO Loukoil e a chinesa China National Petroleum. Para os EUA, a concretização de tais contratos significaria uma violação da doutrina Carter e um estrago significativo nos interesses nacionais americanos. A resposta a um tal negócio teria de vir necessariamente por uma mudança de regime, que para os EUA significaria que um novo regime não terá de se sentir obrigado a cumprir tais contratos, podendo então as empresas americanas concorrer pela exploração deste precioso recurso⁸.

Cabe aqui também retomar o argumento burocrático, na medida em que a força do argumento petrolífero na definição da política externa pode ainda ser explicada pela presença de vários executivos com ligação à indústria petrolífera na Administração Bush. Desde logo, o presidente Bush tem a sua fortuna pessoal baseada em negócios relacionados com a indústria petrolífera texana; o Vice-Presidente Dick Cheney foi Conselheiro Económico na companhia Halliburton Oil; o Secretário do Exército Thomas White foi Vice Presidente da Enron, e o Secretário do Comércio Don Evans foi Vice-Presidente da Companhia de Exploração de Petróleo Tom Brown, Inc.. Assim, multiplicam-se os elementos que têm uma “compreensão” das necessidades energéticas e económicas.

Mas no campo económico nem só do lobby petrolífero se faz a guerra. Um outro sector importante com interesse num conflito militar é o sector do armamento, que representa uma parte significativa da economia americana. Como afirmava o Diário de Notícias de 22 de Março, “*Por detrás de cada avião, de cada míssil, de cada bomba, está uma empresa de armas(...)*”. O fim da Guerra Fria parecia ter posto esta indústria em crise, dado o desaparecimento do inimigo, da ameaça que exigia a manutenção da potência dissuasora militar; no entanto, os EUA identificaram novas ameaças que justificaram a manutenção de uma importante parte do orçamento dedicada ao sector da defesa.

⁸ Para uma análise mais detalhada destas negociações, vide Renner, M. (2003).

Para a indústria de armamento, cada conflito é uma oportunidade de vender mais e de demonstrar as suas últimas inovações. São interesses particulares das empresas, que no entanto têm repercussões no seio da Administração Bush, novamente recorrendo ao argumento burocrático. Os interesses desta indústria estão bem representados no seio da Administração Bush: Paul Wolfowitz, secretário adjunto da Defesa e ex-consultor da Northrop Grumman; Lynne Cheney, mulher do Vice Presidente Dick Cheney e membro do Conselho de Administração da Lockheed Martin; Peter B. Teets, Presidente da Lockheed Martin de 1997 a 1999 e actual sub-secretário de Estado responsável pela força aérea; Stephen Hadley, membro do National Security Council e ex-advogado da empresa que representou a Lockheed Martin; Peter Aldrige, subsecretário da Defesa encarregado das compras e antigo funcionário da 3ª fornecedora do pentágono, a Aerospace Corporation; entre outros.

Não podemos afirmar que estes lobbies sejam a causa principal da guerra, nem que a influência de certas figuras proeminentes na Administração sejam desprovidas de fundamento ou pudessem ser levadas em consideração caso não existissem outros motivos para conduzir a guerra. Contudo, sem dúvida que ajudam a uma melhor ressonância dos argumentos microeconómicos no seio da Administração Bush. Quanto aos argumentos macro-económicos, os do aprovisionamento da fonte energética vital da economia actual, sem dúvida que tiveram influência na escolha do Iraque como objectivo principal desta luta contra o terrorismo e pela democracia. Muitos outros Estados estavam na lista do “eixo do Mal” ou reuniam as condições necessárias para que os argumentos acima enunciados também se lhes aplicasse, A escolha do Iraque não foi desprovida de sentido económico, como aliás o futuro provará.

"We did not ask for this present challenge, but we accept it. (...) By our resolve, we will give strength to others. By our courage, we will give hope to others. And by our actions, we will secure the peace and lead the world to a better day. May God bless America."
(Bush: 2002, Cincinnati Museum Center)

Por fim, resta analisar o **motivo religioso/filosófico** como base desta guerra. A Administração Bush tem feito apelo à luta do eixo do bem contra o mal. Esta invocação tem sido acompanhada por repetidas invocações a Deus e ao seu apoio à acção americana. O anúncio desta guerra tem sido feito num tom quase profético, como se de um fardo se tratasse, levantando uma série de questões sobre a importância dos motivos religiosos e civilizacionais por detrás deste conflito.

A teoria da guerra justa faz parte sobretudo da tradição cristã de pensamento e baseia-se nos seguintes pressupostos: 1) a vida humana é sagrada e o homem não a deve violentar; 2) os Estados têm o dever de proteger os seus cidadãos e assegurar a justiça; 3) por vezes, quando os Estados são incapazes de o fazer ou não o fazem por vontade própria, e em nome de valores morais superiores, o recurso à força e violência pode ser legítimo. Apesar da guerra ser sempre uma coisa má, por vezes é o “mal menor” e não pode ser evitada. Durante a Idade Média, esta teoria foi muito usada para encetar lutas contra os infiéis, na crença de que era preciso libertar os espíritos dos povos sob domínio muçulmano para a luz divina. Uma teoria paralela existe no pensamento islâmico, que considera que uma guerra é santa e justa sempre que for em legítima defesa, em resposta a um ataque a um Estado islâmico por outras nações, e quando um outro Estado muçulmano oprime os seus próprios cidadãos.

A política externa americana parece assim revelar o pensamento de uma “vanguarda de uma certa direita cristã que se instalou na Casa Branca, criando um

fervor evangélico(...). A prática política de G. W. Bush confunde-se cada vez mais com as suas ideias religiosas” (Baptista, R., Público 10 Maio 2003). Esta interligação entre um conflito militar e as questões religiosas e civilizacionais cria grandes perigos no sistema internacional e faz reviver os medos criados por S. Huntington na sua obra paradigmática do “Choque das Civilizações”. O assumir deste motivo criaria o perigo de propagação do apoio muçulmano ao Iraque, precisamente segundo os pressupostos da guerra santa islâmica, e contrariamente criaria maiores dificuldades aos EUA em encontrar parceiros para a coligação, devido aos problemas que os Estados europeus têm em assumir um tal espírito de cruzada que iria minar a sua própria ordem interna.

Este argumento carece de forma racional para poder ser sustentado como se fosse essencial na definição deste ataque. “Mas é impossível não sentir um calafrio ao ouvi-lo (Presidente Bush) dizer “Deus ordena-me que faça a guerra”. Não tem sido esse precisamente um dos argumentos invocados por Osama bin Laden para espalhar o terror?” (Baptista, R. Idem).

Em resumo, estes argumentos não admitidos parecem revelar maior coerência e racionalidade que os motivos assumidos pela Administração. Em contrapartida, criam enormes problemas de legitimidade e legalidade internacional. Quais deles serão então os verdadeiros? Parece-me difícil e enganoso optar apenas por um e esquecer os outros: na base desta acção da política externa americana, interesses e valores, motivos assumidos e não assumidos, parecem misturar-se para criar um ambiente denso passível de diversas leituras. Não devemos acreditar, na minha opinião, que a Administração Bush apenas leu “O Príncipe” de Maquiavel e não se guia por quaisquer valores. Contudo, é certo que na base de qualquer acção estarão sempre presentes, e por vezes maioritariamente como é o caso, interesses específicos a defender, o que aliás é comum a todas as potências mundiais.

Conclusão

O conflito iraquiano é um exemplo claro das próximas relações entre interesses e valores em política externa. Se perante a opinião pública internacional e a restante comunidade de Estados, qualquer Estado invoca princípios e valores como fundamento das suas posições e acções, no seu íntimo consideram sempre os seus interesses e é em função destes que avaliam as oportunidades de acção e os modos de intervenção nos assuntos internacionais. Os Estados Unidos da América, se bem que potência mundial e portanto com maiores responsabilidades que os restantes Estados, não fogem à regra, e bem pelo contrário ditam-na.

De facto, qualquer Estado deve procurar em política internacional manter o seu estatuto e garantir a sua segurança, de preferência na medida dos ditames do direito internacional. Apesar de ter valores nos quais acredita e de os respeitar, sempre que puder aliar a defesa de tais valores à promoção dos seus interesses, os Estados não hesitam em fazê-lo. É esta situação que o conflito no Iraque configura, e que nos permite extrapolar, por ser um caso paradigmático, que a actual política externa americana vive num misto de interesses e valores, onde os primeiros servem para formular a política externa e definir acções e prioridades, e os segundos para legitimar estas acções e posições, sem contudo serem falsos.

Enquadrando a política externa americana numa das teorias acima descritas, eu diria que a que actualmente melhor a explica é a teoria realista acompanhada pela teoria da *bureaucratic politics*. O liberalismo ou idealismo será assim uma teoria secundária ou parcial na sua explicação, que poderá servir para ilustrar o modo de legitimação da política, mas falha ao tentar fornecer uma explicação cabal da totalidade da política externa. Já o realismo, a defesa dos interesses, consegue enquadrar a política externa e dar ainda espaço para a aceitação da sua legitimação através da defesa de valores universais, até porque a defesa destes valores é em si mesma um interesse dos EUA por permitir configurar um mundo política e culturalmente favorável ao domínio americano.

A resposta à nossa questão inicial, sobre o que conduz a política externa americana – interesses ou valores – parece dada. Já o posicionamento em relação a esta resposta, se repúdio ou aceitação racional ou até mesmo moral, continua por definir, dependendo da subjectividade do leitor.

Bibliografia

- “ A Brief Guide to Theories in International Relations”, Departamento de Ciência Política da Universidade de Melbourne – disponível em www.ausis.com.au/polsim/Resources/theories.html
- A. R. (2003) Os homens que ajudaram George W. Bush a decidir. Diário de Notícias 20/03/2003 pp. 13
- Achcar, G. (2001) Jeu trinagulaire entre Washington, Moscou et Pékin. Le Monde Diplomatique, Dezembro 2001 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Allison, G. T. (1971) Essence of decision: explaining the cuban missile crisis. New York: Harper Collins Publishers
- Azeredo Lopes, J. (2003) Entrevista com José Azeredo Lopes. Publico 30/03/2003 pp. 13
- Baptista, R. (2003) A mãe de todas as Cruzadas?. Publico 10/03/2003 pp. 6
- Barnet, R. (1990) Les objectifs fondamentaux de l’Amérique. Le Monde Diplomatique, Outubro 1990 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Bennis, P. (2003) Understanding the US-Iraq crisis: a primer. Institute for Policy Studies. (online) Disponível em www.ips-dc.org
- Birnbaum, N. (2002) Aux racines du nationalisme américain. Le Monde Diplomatique, Outubro 2002 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Bush, G. W. (2002) Discurso do Presidente Bush perante a Academia militar de West Point, a 1 de Junho 2002 (online) Disponível em www.whitehouse.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html (acedido em 31/03/2003)
- Bush, G. W. (2002) Remarks pelo Presidente sobre o Iraque, a 7 de Outubro 2002 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr/cahier/irak/a9683 (acedido em 31/03/2003)
- Chomsky, N. (2000) Etat voyou. Le Monde Diplomatique, Agosto 2000 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Declaração da Cimeira do Atlântico. 16 Março 2003 (online) Disponível em www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/print/20030316-1.html (acedido em 23/03/2003)
- Doran, M. S. (2002) Palestine, Iraq and American strategy. Foreign Affairs, Janeiro/Fevereiro. (online) Disponível em www.foreignaffairs.org (acedido em 31/03/2003)

- Dorf, M. C. (2002) Is Iraq in Material Breach of its Obligations under the UN Resolution ? A geopolitical question, not simply a legal one. (online) Disponível em [Http://writ.findlaw.com/dorf/20020108.html](http://writ.findlaw.com/dorf/20020108.html) (acedido em 20/03/2003)
- Estratégia de Segurança Nacional dos EUA: uma nova era. Agenda da Política Externa dos EUA, Vol. 7. Num.4 Dezembro 2002
- Fandy, M (1997) US Oil Policy in the Middle East. In Focus Vol. 2, Num. 4, Janeiro 1997 (online) Disponível em www.fpf.org (acedido em 20/03/2003)
- Fernandes, J.M. (2003) As ultimas 24 Horas. Publico 17/03/2003
- Gere, F. (1997) Impérium américain. Le Monde Diplomatique, Novembro 1997 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Golub, P. (2001) Rêves démpire de l'administration américaine. Le Monde Diplomatique, Julho 2001 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Grimmett, R. (2002) US Use of Preemptive Military Force. CRS Report for Congress, Congressional research Service, The Library of Congress
- Indyk, M. (2002) Back to Bazaar. Foreign Affairs, Janeiro/Feveiro. (online) Disponível em www.foreignaffairs.org (acedido em 02/04/2003)
- Iraq: a Chronology of UN Inspections and an assessment of their accomplishments. Arms Control Association Special Report (online) Disponível em www.armscontrol.org (acedido em 31/03/2003)
- Iraq: Weapons Threat, Compliance, Sanctions and US Policy. CRS Report IB92117, Congressional research Service, The Library of Congress
- Jabbar, F. (2002) Parti, clans et tribus, le fragile équilibre du régime irakien. Le Monde Diplomatique, Outubro 2002 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Julien, C. (1990) Un gendarme ambigu. Le Monde Diplomatique, Outubro 1990 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Kamiya, G. (2003) La doctrine de Bush? L'Amérique aux commandes. Courrier International (online) Disponível em www.courrierinternational.com (acedido em 31/03/2003)
- Kegley, C. W. (ed.) (1995) Controversies in international relations theory: realism and the neoliberal challenge. New York: St. Martin's Press: Macmillan Press
- Kirshner, J., Strauss, B., et al. (2003) Iraq and Beyond : the new US National Security Strategy. 2003 Cornell University Peace Studies Program. Occasional paper # 27
- Klare, M. (1993) Les stratéges de Washington se préparent à de nouvelles expéditions guerrières. Le Monde Diplomatique, Novembro 1993 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Klare, M. (1997) La nouvelle stratégie militaire des Etats-Unis. Le Monde Diplomatique, Novembro 1997 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)

- Klare, M. (2001) Les trois piliers stratégiques de Washington. Le Monde Diplomatique, Julho 2001 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Klare, M. (2002) Les vrais desseins de M. George Bush. Le Monde Diplomatique, Novembro 2002 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Klare, M. T. (2003) The coming war with Iraq: Deciphering the Bush Administration's Motives. Foreign Policy in Focus, Janeiro 2003 (online) Disponível em www.fpif.org (acedido em 20/03/2003)
- La Gorce, P-M. (2002) Ce dangereux concept de guerre préventive. Le Monde Diplomatique, Setembro 2002 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Lopez, N. (2003) Irak: les coulisses d'une guerre programmée. (online) Disponível em www.strategic-road.com/pays/pubs/irak_coulisses_guerre_programmee_txt.htm (acedido em 31/03/2003)
- Maia Costa, E. (2003) Pode o Conselho de Segurança autorizar a “guerra preventiva”? Não!. Publico 15/03/2003
- Mallat-Lopez, N. (2002) Des Balkans au caucase le même grand jeu. (online) Disponível em www.strategic-road.com/pays/pubs/balkans_au_caucase_txt.htm (acedido em 31/03/2003)
- Morgenthau, H. J. (1993) Politics among nations: the struggle for power and peace. New York: McGraw-Hill
- Najman, M. (1998) Les Américains préparent les armes du XXIe siècle. Le Monde Diplomatique, Fevereiro 1998 (online) Disponível em www.monde-diplomatique.fr (acedido em 20/03/2003)
- Pedro, A N. (2003) Nova ordem Mundial em jogo na crise iraquiana. Publico 20/03/2003
- Renner, M. (2003) Post-Saddam Iraq: Linchpin of a new oil order. Foreign Policy in Focus, Janeiro 2003 (online) Disponível em www.fpif.org (acedido em 20/03/2003)
- Rodrigues, A. (2003) Quem tem a informação pode antecipar os ataques. Diário de Notícias 20/03/2003 pp. 12
- Sousa, F. (2003) Armamento: o grande negócio. Publico 23/03/2003 pp. 14
- Telhami, S. (2002) US Policy towards Iraq: the calculations of governments in the Middle East. (online) Disponível em www.ciaonet.org/special_section/iraq/papers/tes01/tes01.html (acedido em 08/04/2003)
- Tenet, G. (2002) CIA Letter to Senate on Baghdad's Intentions (online) Disponível em www.globalsecurity.org/wmd/library/news/iraq/2002/iraq-021007-cia01.htm (acedido em 12/07/2002)
- Wallerstein. I. (1974-1989) The Modern world system. New York: Academic Press

- Zunes, S. (2001) US Policy Toward Political Islam. In Focus Vol. 6, Num. 24, Junho 2001 (online) Disponível em wwwfpif.org (acedido em 20/03/2003)